

***Por uma história geral e filosófica do Brasil:
o IHGB nos limites da modernidade europeia***¹

MAÍRA GUIMARÃES PASCHOAL*

*Ei-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e desta arte mostrarmos às nações cultas que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma literária associação, os diversos fatos da nossa história e os esclarecimentos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros*² (R.IHGB, 1839:9, grifo meu).

Tais palavras estão contidas no discurso inaugural do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), proferidas por seu primeiro secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa. Percorrendo-as é possível vislumbrar alguns dos objetivos da nova instituição e preliminares concepções sobre o fazer historiográfico.

Surgido a partir de uma proposta de Raimundo José da Cunha Matos e de Januário da Cunha Barbosa à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional³ (SAIN), o IHGB deu início às suas atividades no ano de 1838, na cidade do Rio de Janeiro. Logo em 1839 publicou o primeiro número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁴ (R.IHGB), em que seriam veiculadas,

[...] além das atas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros que forem interessantes à história e geografia do Brasil; e assim também as notícias e extratos de história e geografia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas literatas, estrangeiras ou nacionais [...] (R.IHGB, 1839:18).

Analisando, portanto, as propostas e os ideais que foram inicialmente difundidos pelos membros fundadores do IHGB, pretende-se aqui perscrutar o modo como esses “primeiros

* Graduação em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestranda em História pela mesma instituição, sob a orientação de Edgar Salvadori de Decca.

¹ Este trabalho é resultado das leituras e discussões realizadas na disciplina “Sentidos e conteúdos do fazer historiográfico no século XIX”, ministrada pelas professoras Néri de Barros (Unicamp) e Ana Nemi (Unifesp), junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp.

² Todas as citações tiveram sua grafia atualizada.

³ De acordo com Edney Sanchez (2003:24), a SAIN “tinha como objetivo principal apoiar o desenvolvimento da produção nacional, com atenção especial para o setor agrícola”, mesmo assim viabilizou diversos projetos que buscavam fomentar o campo científico nacional, dentre eles o IHGB. Para Sanchez (2003:25), as múltiplas atividades da Sociedade indicam ainda um campo letrado em formação, mas que já ansiava por uma maior especialização.

⁴ A R.IHGB surgiu com o nome de *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, fundado no Rio de Janeiro sob os Auspícios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Ao longo dos anos, sofreu alterações em seu nome que podem ser conferidas em Sanchez (2003:59).

historiadores”⁵ do Brasil articularam um discurso em que as ideias europeias dialogavam com a formação ainda não especializada nacional. Para tanto, ressaltarei a relação bastante presente entre o IHGB e o Institut Historique da França (Cf. FARIA, 1965).

O IHGB foi apresentado ao público como um meio de expurgar dos erros e das informações distorcidas a história do Brasil que vinha sendo produzida interna e externamente. Januário Barbosa apontou em seu “Discurso” que tais deturpações – presentes, por exemplo, nos relatos sobre a Independência (1822), que era um fato recente e do qual ele fora testemunha – se davam uma vez que eram “escritos sem a imparcialidade e necessário critério, que devem formar o caráter de um verídico historiador” (*R.IHGB*, 1839:10). Assim, para que a história fosse “purificada”, era indispensável a recolha e a devida análise de documentos que (in)formassem os estudos sobre o Brasil.

Ainda na “Proposta” da criação do IHGB feita à SAIN, ressaltavam-se os “grandes auxílios à pública administração” (*R.IHGB*, 1839:5) que a geografia e a história trariam. O Instituto se apresentava, portanto, com um caráter pragmático, podendo atender diretamente ao governo. Tanto é que em 1839 uma comissão foi até ao Imperador Dom Pedro II dar-lhe conta da criação do IHGB e rogar por sua proteção, ao que foram atendidos. De acordo com Edney Sanchez (2003:33-35), nessa ocasião foi reiterada ao Imperador a importância de sua figura para viabilizar a manutenção e divulgação da produção dos letrados nacionais, constringendo-o a assumir sua parcela de responsabilidade.

Os primeiros discursos proferidos no Instituto eram permeados pela questão do patriotismo. Fosse para lamentar a indiferença para com a história nacional⁶ ou para exaltar o “gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria” (*R.IHGB*, 1839:9), a propagação dos méritos locais aparecia como justificativa para a criação do IHGB e trazia o Brasil para a discussão da ordem do dia, que previa a formação dos Estados-nação:

Eis o motivo, senhores, porque dois membros do conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e também sócios do Instituto Histórico de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nossos literatos, se animaram a propor a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que sob os auspícios de tão útil quanto respeitável sociedade curasse de reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil, espalhados por suas províncias, e por isso

⁵ Enuncio como “primeiros historiadores” dado o esforço desses homens de letras em institucionalizar a História no Brasil (o plano inicial do IHGB incluía a criação de Institutos por todo o país e pretendia contemplar o ensino público), buscando garantir uma formação especializada na área.

⁶ “O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro no peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa independência.” (*R.IHGB*, 1839:10).

mesmo difíceis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exatamente tão desejada história (R.IHGB, 1839:9).

Assim, exaltando a monarquia constitucional, na qual os “méritos e os talentos devem abrir as portas aos empregos” (R.IHGB, 1839:5), apontava-se o esclarecimento através das letras como detentor da felicidade pública e da possibilidade de “eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria” (R.IHGB, 1839:9).

De acordo com os fundadores do IHGB, a congregação de ilustrados em um mesmo ambiente, além de garantir o arquivamento e organização de documentos e estudos⁷, possibilitaria a metodização, viabilizando uma “história geral e filosófica do Brasil” (R.IHGB, 1839:10). Mas, pautados por uma sociabilidade própria da Corte e pela falta de especialização, esses primeiros membros foram recrutados por critérios de afinidades sociais e políticas⁸, e não por seus méritos acadêmicos, o que, de acordo com o historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988:9), produziu uma história nacional cujo eixo central era o Estado imperial.

Nesse sentido, a figura do herói nacional foi significativamente evocada nos discursos inaugurais do Instituto (Cf. CEZAR, 2004:22-24), trazendo para a história a obrigação de oferecer “as melhores lições que os homens podem receber” (R.IHGB, 1839:13). Não por coincidência, foi dada grande importância à recuperação da biografia de “grandes homens”, como de José Basílio da Gama, Gregório de Matos, Pedro Álvares Cabral e José de Anchieta. Conforme Temístocles Cezar (2004:25):

Portadora de exempla, todos positivos, a biografia dos grandes homens é um projeto de ordem historiográfica muitas vezes provado anteriormente. Não se trata de uma posição irrefletida, mas de um sinônimo aproximado do movimento da história. O mundo se transforma graças aos grandes homens. O projeto tem, portanto, uma verdadeira pertinência histórica.

Pertinência que coaduna com a citação do pensador romano Cícero no texto de Januário Barbosa (R.IHGB, 1839:9), recuperando a *historia magistra vitae*. Contudo, voltaremos a este tópico em breve.

⁷ Januário da Cunha Barbosa (R.IHGB, 1839:11) chega a culpar Portugal pelo desaparecimento de muitos estudos, ao proibir que a imprensa se desenvolvesse na colônia.

⁸ De acordo com Paul Deslandres (1922:9), o recrutamento no Institut Historique se fazia de modo familiar, tendo vários pais e filhos associados e admitindo novos membros por indicação. Nessa direção, Manoel Luiz Salgado Guimarães (2002:191) afirma que nos seus primeiros anos o Institut era voltado a um círculo restrito de letrados: “A tensão entre as exigências de uma maior profissionalização e o tratamento da História como uma atividade de diletantes e amadores, fica patente no interior do Instituto Histórico pela disputa entre os que desejam abri-lo e profissionalizá-lo, para isso tendo que enfrentar inclusive os desafios financeiros para a manutenção da instituição e aqueles que preferem-na como agremiação de pares devotados ao estudo da História.”.

No intento de aproximar o Brasil das nações europeias – negando uma ideia de atraso e conferindo à história nacional patamar elevado – e contribuir para uma nova formulação identitária (GUIMARÃES, 2006), em seu “Discurso”, Januário da Cunha Barbosa fez questão de enfatizar que na França também, até pouco tempo atrás, não havia uma instituição ou a preocupação histórica interna, “como se só na Grécia e em Roma tivessem aparecido fatos heroicos e varões prestantes, que merecem ser imitados” (*R.IHGB*, 1839:15). Seria, então, função do Instituto levar aos brasileiros e às outras nações as glórias e seus autores, que estavam encobertos até aquele momento. Para tal, a correspondência entre instituições do mesmo gênero foi apresentada como uma das bases do IHGB e reafirmada a todo o momento.

O destaque se deu para o intercâmbio com o Institut Historique francês, do qual os dois fundadores do IHGB eram membros, e que serviu como o grande modelo para o Brasil. Informação presente tanto no discurso inaugural como nos estatutos, a relação estreita entre as duas associações era bastante divulgada no IHGB, legitimando o discurso que ali se produzia. Ademais, a influência ocorreu em uma via de mão dupla: pelo menos até meados do século XIX, o Brasil, aparecendo como tema de palestras e aulas, e os brasileiros, atuando como letrados, estiveram bastante presentes na produção francesa.

Tendo sido criado pautado em seu correlato francês (o que se reflete inclusive nas publicações de ambos, que são similares), o IHGB teve de articular a teoria e a prática historiográfica pensada na/para a Europa com suas próprias questões – o Brasil como ex-colônia, com um processo de independência bastante recente, com o peso de ser a única monarquia na América e sem um passado nacional que pudesse evocar. Assim, vale reestabelecer conexões e diálogos que se entrelaçavam nesses ambientes – o lugar do Institut Historique na França e no restante da Europa, a circulação das ideias europeias entre os letrados brasileiros e a presença do IHGB em um país nascente –, avaliando que história pretendia-se produzir.

O Brasil entre o Antigo e o Novo Regime

A Europa adentrou o século XIX marcada, em especial, pela experiência da Revolução Francesa, tendo que reconstruir seu modo de perceber o mundo e se relacionar politicamente. Para isso, a história atuou como ferramenta de legitimação do novo regime que se implantava: “como lugar de origem, explicação do presente e afirmação de um projeto político” (HARTOG, 2003:10). Houve por parte do Estado e de seus letrados a preocupação em

sistematizar a recolha e o arquivamento de documentos que viabilizassem a escrita historiográfica, criando para tal fim arquivos, instituições de pesquisa e cursos em estabelecimentos de ensino.

De acordo com Reinhart Koselleck (1999), até o século XVIII, o Antigo Regime estabeleceu aos poucos uma lógica que separava a moral da política. O Absolutismo, sistema político característico deste período, instituiu a “razão de Estado” como medida, negando a consciência privada das pessoas. Ao monarca era conferido o dever de assumir a responsabilidade por seus atos, prevendo racionalmente todas as consequências de suas ações. Para isso, aumentou sua esfera de poder. A fim de evitar o despotismo, seguiu-se o estabelecimento de regras, às quais o soberano deveria respeitar. A grande questão, que determinou o fim do Absolutismo, é que tais leis eram desconhecidas dos súditos, apartando o foro interior privado (em que a consciência e as opiniões ficavam restritas) do domínio público.

Entre os diversos grupos sociais que foram afastados da esfera de ação pública, estabeleceram-se espaços de discussão “secretos”, em que o “poder espiritual de juízo moral” (KOSELLECK, 1999:51) dos súditos podia ser expresso em opiniões boas ou más⁹. Dessa forma, a crítica iluminista ao regime se estabeleceu em uma brecha que o próprio Estado absolutista criou¹⁰. De acordo com Koselleck (1999:92, grifos meus), a “divisão dualista do mundo em um domínio da moral e um domínio da política é, em sua historicidade, o *pressuposto e a consequência da crítica política*”:

A crítica política não reside somente no juízo moral enquanto tal. Está presente no momento em que se executa a separação entre uma instância moral e uma instância política: o tribunal moral transforma-se em crítica política, não só por submeter a política a um juízo severo, mas também, pelo contrário, por separar-se como instância que tem a faculdade de julgar o domínio da política. Esta separação já encerra a crítica ao Estado.

Tal crítica, ao mesmo tempo em que criou, evidenciou a crise do Antigo Regime. E, como forma de articular uma saída, garantindo que o foro interior moral chegasse ao poder, os

⁹ O uso público da razão foi evocado por Immanuel Kant (2003) ao cunhar o conceito de esclarecimento. De acordo com o autor, alcançaria o esclarecimento aquele que aliasse ao conhecimento a autonomia crítica: “‘Ter a coragem de usar o seu próprio entendimento’ é, portanto, o motto do Esclarecimento.”

¹⁰ “O Absolutismo condiciona a gênese do Iluminismo, e o Iluminismo condiciona a gênese da Revolução Francesa.” (KOSELLECK, 1999:12-13).

iluministas se valerem da filosofia da história¹¹ – “aparentemente apolítica e acima da política, ela era, de fato, política” (KOSELLECK, 1999:102).

Manoel Salgado Guimarães (2006), ao retomar a tese de Ernst Cassirer em *A filosofia do iluminismo*, identifica uma relação entre a disciplina histórica que se efetivaria no XIX e a filosofia da história do XVIII. De acordo com o autor, “Ao interrogar-se sobre o sentido do devir histórico, a cultura das Luzes formula um problema filosófico, conquistando definitivamente o mundo das realizações e feitos humanos para a reflexão sistemática” (GUIMARÃES, 2006:68). Dessa forma, foi se forjando uma consciência histórica moderna que buscava o sentido e a razão do devir, mas que já sistematizava um pensamento a partir das particularidades dos fenômenos.

Com a filosofia da história o uso do passado foi sendo ressignificado. Se até então era requisitado como meio de apontar diretivas para o futuro e orientar as ações, reafirmando o *topos* de Cícero da *historia magistra vitae*, a história como mestra da vida, e se valendo de seu caráter pedagógico, repetitivo e linear¹², aos poucos uma nova temporalização se impôs, transformando a história em um processo, em que os eventos deveriam ser compreendidos dentro de um sistema.

De acordo com Koselleck (1999:111), “A crise invoca a pergunta ao futuro histórico”. Contudo, em um mundo pós-Revolução Francesa o futuro já não podia mais ser pensado a partir das experiências do passado. A *historia magistra vitae* perdeu seu espaço a partir do momento em que o fim/ o futuro se tornou imprevisível e o passado e o futuro já não podiam mais coincidir. Abandonada a ideia do futuro passado¹³, a história deixou de servir como exemplo, conforme explica Koselleck (2006:55) no trecho a seguir:

O substrato natural desapareceu, e o progresso foi a primeira categoria na qual se deixa manifestar uma certa determinação do tempo, transcendente à natureza e imanente à história. A filosofia, ao transpor para o progresso a história compreendida singularmente como um todo unitário, fez com que o nosso topos [historia magistra vitae] perdesse obrigatoriamente o sentido. Se a história se torna um evento único e singular da educação do gênero humano, então cada exemplo particular, advindo do passado, perderá força, necessariamente. A perfídia da

¹¹ Koselleck (1999:116) aponta uma continuação ou uma mudança de lugar da Providência divina cristã para a realização da utopia iluminista da filosofia da história: “O insondável plano divino de salvação transforma-se em um segredo mantido pelos planejadores da filosofia da história. Ao darem este passo, os iluminados conquistam uma certeza especial: o plano da salvação divina é secularizado na filosofia da história racional.”

¹² Hartog (2006:16) afirma acerca do antigo regime de historicidade baseado na *historia magistra vitae*: “O passado não é (verdadeiramente) do passado, pois ele não está ultrapassado. Se há uma idade de ouro, ela está atrás de nós”.

¹³ Termo de Koselleck (2006) desenvolvido em livro homônimo, e que denota a ideia da *historia magistra vitae* de que o passado sempre se repetiria ou evidenciaria o futuro, de que nada de novo ocorreria.

razão impede que o homem aprenda diretamente a partir da história, impelindo-o ao seu destino de forma indireta.

Houve, assim, uma mudança no *topos* que instituiu uma ideia utópica de futuro, desfeita em uma “infinidade de diferentes extensões temporais” (KOSELLECK, 2006:56). A história passou a ser vista como um processo em que o transcorrer do tempo conferia inteligibilidade ao que era descrito, inclusive modificando seus valores. Entretanto, isso não implicou um abandono da noção de ensinamento histórico, uma vez que é a “certeza adquirida a partir da experiência [...] que pode tornar mais inteligentes e mais espertos aqueles que o conhecem” (KOSELLECK, 2006:47).

Mas, ao mesmo tempo, foi se consolidando na Europa uma crítica da crítica, que protestava contra a racionalidade exacerbada do Iluminismo, incitada pelos movimentos de consolidação dos Estados-nação. Ao longo do XIX, a presença do Estado se fortaleceu e a história foi tomada como arma política de reconhecimento dos limites nacionais:

O sentido político conferido à História por esta geração de historiadores-políticos é mais do que evidente: para além do passado, o que estava em jogo era a produção de um sentido para o futuro desta comunidade nacional, tentando ler neste passado um certo destino possível, garantindo a coesão social para o presente (GUIMARÃES, 2002:190).

Além disso, os românticos abandonaram a noção de progresso, procurando estabelecer as singularidades de cada local e tempo. Na intenção de restituírem a soberania ao povo, houve também uma retomada histórica do passado medieval, identificado como o período em que as liberdades individuais eram garantidas¹⁴.

Por outra vertente se consolidou a escola histórica alemã, exemplarmente representada por Leopold von Ranke (1795-1886), e que recuperava o passado como objeto, contudo não mais com caráter “político-didático” (KOSELLECK, 2006:59), mas sim como forma de inspirar reflexão. Aplicando “métodos rigorosamente científicos” (HOLANDA, 1979:16), objetivava anular a figura do historiador da escrita da história. Ranke propunha a divisão entre a filosofia e a história, por acreditar que não seria do campo desta última as generalizações e abstrações filosóficas (HOLANDA, 1979:22). À história caberia o domínio do único, já que “o particular envolve sempre algo geral” (RANKE, 1979:69, tradução minha).

¹⁴ De acordo com a crítica de Ernst Cassirer (1997), o século XVIII instituiu as bases para o Romantismo. Contudo, a noção do XVIII como um século “a-histórico” teria sido forjada pelo Romantismo, que, ao lidar com o Iluminismo, sofreu da mesma “cegueira histórica” que criticava nos movimentos anteriores.

Esse breve esboço se fez necessário para situar o Institut Historique e a vertente teórica com que dialogava. Fundado em 1833¹⁵, em Paris, o Institut Historique contou com Joseph-François Michaud como seu primeiro presidente e com Eugène Garay de Monglave¹⁶ como secretário perpétuo, e entre seus membros com figuras ilustres como François-René de Chateaubriand e Jules Michelet¹⁷. O Institut estabeleceu convênio com diversos países europeus e americanos (FARIA, 1965:118), já que, de acordo com suas atas (*apud* GUIMARÃES, 2002:192), “Tendo sido fundado o Instituto Histórico [de Paris] com um sentido geral de utilidade, a primeira condição de sua existência é de ter em todos os países membros que possam apoiar e incentivar seus esforços”. E de acordo com Maria Alice Faria (1965:118), o Brasil se destacou:

Os brasileiros, participando do movimento de fundação e de organização do Instituto [francês], fizeram-se sócios fundadores. Foram dos primeiros a apresentar colaboração, uma vez que a pequena memória de Torres Homem, Porto Alegre e Magalhães foi o segundo trabalho da sociedade recém-fundada a ser lido perante os colegas.

Essa “pequena memória” foi transcrita e publicada no primeiro número do *Journal de l’Institut Historique* (1834:47-53), com o título “Resumo da história da literatura, das ciências e das artes no Brasil”. Nela, Torres Homem, ao abordar a situação das ciências, não se privou de acusar Portugal de um despotismo tão violento que teria inviabilizado qualquer desenvolvimento interno brasileiro (*JOURNAL...*, 1834:47). Ainda nesse número foi divulgada uma crítica do arquiteto francês Stéphane Niquet (*JOURNAL...*, 1834:53-54) ao estudo de Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.

O Institut Historique tinha por objetivo a reunião de todas as ramificações da história e como preocupação viabilizar que essas informações chegassem ao público. Sua intenção se evidencia na divisão dos estudos em seis áreas, procurando englobar todos os “conhecimentos úteis”¹⁸: história geral; das ciências sociais e filosóficas; das línguas e literaturas; das ciências

¹⁵ Fundado em 24 de dezembro de 1833 (Cf. *JOURNAL...*, 1834), o Institut teve sua reunião inaugural em 23 de março de 1834 e apenas em 4 de abril desse ano foi definitivamente constituído.

¹⁶ Paul Deslandres (1922:6) aponta Eugène de Monglave como o verdadeiro fundador do Institut, e afirma que ele esteve no Brasil por um tempo como oficial do Estado-maior e diretor da Instrução Pública.

¹⁷ Para Deslandres (1922:12), François Guizot, que ocupava o cargo de ministro da Instrução Pública em 1833 e era um historiador reconhecido por sua produção, teria sido impedido pela política de manter relações mais estreitas com o Institut Historique. Já Guimarães (2002) aponta divergências políticas e teóricas entre a história produzida por Guizot (que viria a fundar a Société de l’Histoire de France) e pelo Institut Historique.

¹⁸ De acordo com Guimarães (2002:193) “o procedimento de combinar, no interior de uma mesma instituição, interesses tão diversificados, parecia apontar para a permanência de uma tradição antiquária, quando ainda não se operara uma nítida separação dos campos de conhecimento. O estudo e interesse pela história ainda não se restringem à sua dimensão política, modelo por excelência da narrativa histórica oitocentista”.

físicas e matemáticas; das belas-artes; e da França. É interessante notar que o IHGB teve um posicionamento diverso, restringindo, por exemplo, progressivamente a presença da literatura (Cf. SANCHEZ, 2003:41-50), buscando consolidar uma vertente de estudo histórica e geográfica. Ao mesmo tempo, tanto o Institut como o IHGB se filiaram historicamente às associações e academias literárias dos séculos XVII e XVIII, apresentando-se como “continuadores”, mas propondo novas questões e abordagens.

Pretendendo a instrução, houve por parte dos membros do Institut uma busca em “iniciar o público nos diferentes métodos históricos pela análise crítica das obras” (*JOURNAL...*, 1834:3)¹⁹, tanto que no primeiro número de seu *Journal* um artigo foi dedicado exclusivamente à “Exposição e discussão geral das doutrinas históricas” (*JOURNAL...*, 1834:4-9). De acordo com seu autor, Fred. Boissière, era o método, e não o objeto, que conferia o caráter histórico a uma análise. Portanto, era do trabalho do historiador explorar com suas ferramentas o documento, já que este se inseriria sempre em um tempo e espaço, refletindo-os (*JOURNAL...*, 1834:8). Através da utilização correta do método histórico, seria possível evocar o passado e reconstruir a cor local, tomando cuidado para não cometer anacronismos. Dessa forma, Boissière evocava a filosofia da história ao buscar alcançar “conclusões que importassem tanto ao passado como ao futuro da humanidade” (*JOURNAL...*, 1834:9).

Apontada como a condição para o progresso, na primeira página do *Journal* (1834:1) foram elencadas algumas das utilidades da história, ressaltando que seu conhecimento conduziria a nação ao êxito:

A necessidade da história nos persegue em todos os lugares e a todo o momento. Não podemos passear os olhos ao nosso redor sem sermos forçados a nos perguntar sobre a história daquilo que atinge nossos olhos. Queremos fazer as leis? Saibamos antes quais são as que faltam, e perguntemos à história qual a característica das leis que serviram às causas da humanidade, qual a característica daquelas que combateram o progresso. Qualquer que seja a ciência que cultivamos, que dúvidas que poderíamos solucionar, que dificuldades poderíamos transpor, se pudéssemos obter do estudo da história a alta instrução que ela nos oferece!

E, para tal, seria necessária uma história completa, que não se restringisse a eventos, mas que buscasse alcançar a “vida íntima da humanidade” (*JOURNAL...*, 1834:2).

Apesar de inserido, como já foi dito, em um esforço conjunto dos letrados e governantes que buscavam na história uma forma de legitimação nacional, o Institut Historique parecia, teoricamente, retomar diversos dos ideais que marcaram o Antigo Regime.

¹⁹ Todas as citações foram traduzidas por mim.

Influenciado pela filosofia da história, propunha uma história completa com “conclusões que importassem tanto ao passado como ao futuro da humanidade” (*JOURNAL...*, 1834:9).

No intento de construir um conhecimento total que englobasse passado, presente e futuro, o Institut almejava uma produção realizada por homens cultivados/ especializados, uma vez que a ciência da história não seria acessível a todos. Nesse sentido, o erudito membro da instituição francesa se assemelharia ao *scholar* proposto por Immanuel Kant (1724-1804): um erudito com conhecimento especializado que “faz [uso] da razão diante de um público letrado” (2003). A respeito da concepção de história que o Institut trazia, Manoel Luiz Salgado Guimarães (2002:191) afirmou:

[...] podemos perceber uma perspectiva que o situa num campo diverso daquele que marcaria a fundação da Sociedade de História da França²⁰. Enquanto esta claramente se situava numa perspectiva de incentivo e pesquisa da história nacional francesa, podemos ainda vislumbrar na fundação de sua contemporânea — o Instituto Histórico [francês] — uma preocupação que o vincularia mais às heranças da história filosófica com pretensões universais, própria da cultura do dezoito. [...] a História é entendida principalmente em sua dimensão universal, capaz de desvendar a marcha do conjunto da humanidade.

Simultaneamente, sua carta-programa veiculava informações que iam ao encontro do historiador francês François Guizot (1787-1874), um homem liberal da governação, preocupado com a execução de uma história nacional e em observar continuidades e padrões de longo prazo. Por exemplo, quando Fred. Boissière (*JOURNAL...*, 1834:4) aponta os momentos de crise como oportunidades de reconstrução, em que concepções antagônicas têm que se reunir por um fim comum, vislumbra-se a percepção de Guizot (2008:58) que acreditava que os momentos de crise/ revolução geravam transformações que alteravam completamente a ordem das coisas. Da mesma forma, a insistência em buscar no passado ligações com o presente (*JOURNAL...*, 1834:9) – em uma evidente retomada da concepção da *historia magistra vitae* que almejada tornar contemporâneos os não contemporâneos – levou Guizot a analisar a história das instituições políticas europeias de dentro e no meio da mudança que estava ocorrendo como forma de perceber as continuidades: “Tentamos hoje, e com razão, conectar outra vez aquilo que somos agora àquilo que éramos antes [...]” (GUIZOT, 2008:58).

Elaborava-se, portanto, uma historiografia do embate entre ideais antigos e modernos de história. No caso do Institut, cabe o questionamento de Guimarães (2002:197):

²⁰ Fundada em 1833, teve François Guizot como membro de seu comitê.

Estaríamos, com a criação do Instituto Histórico de Paris, diante de um “Antigo Regime” historiográfico, que teimava em persistir, ressurgindo como das cinzas, no momento da Monarquia de Julho? No seu interior circulavam aqueles que sonhavam com os ideais da restauração, tentando apagar o impacto de 1789 e o significado desta experiência para a elaboração de um novo projeto social? Certamente que poderemos encontrar nesta associação, com fortes traços aristocráticos, representantes e saudosistas destes tempos passados. Mas eles sabiam que não mais poderiam pretender a escrita da História sem considerar o que fora 89.

Dessa forma, ainda que houvesse um remanescente da aristocracia que preferiria esquecer a Revolução e suas consequências, eles tinham noção de que no XIX o que restava a fazer era incorporar esses fatos e superá-los, construindo a história da nação.

No Brasil circulavam, pelo menos entre os letrados, grande parte das ideias europeias. E o discurso de legitimação que eles construíram acabou passando por tais concepções. Mas, vale lembrar que dentro de seus próprios parâmetros, uma vez que “a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolvia dificuldades específicas” (GUIMARÃES, 1988:6). No caso do IHGB, é possível vislumbrar diferentes bases teóricas entre seus membros. Interessou-nos, aqui, lançar um olhar sobre o conteúdo do programa de fundação, pois nele foi possível entrever as premissas das quais a instituição como um todo partiu.

Certamente o diálogo com o Institut Historique foi intenso no momento de criação do IHGB. Noções como a da filosofia da história e de uma história geral apareceram nas duas cartas-programa, fosse incitando a busca pela utilidade da história – que se relacionava com o *topos* ciceriano, mas que vinha revisitado pela ideia de julgamento –, fosse reatualizando as práticas antiquárias, ainda ligadas a um certo diletantismo e amadorismo. A própria correspondência entre os dois institutos, prevista nos respectivos programas de fundação, se filiava a um projeto universalista de história (GUIMARÃES, 2002).

No Brasil, o IHGB se colocou como “o representante das ideias da ilustração” (R.IHGB, 1839:61), buscando colaborar para o esclarecimento, em uma referência ao Iluminismo europeu, correlato do Antigo Regime. Ao recuperar o *topos* da *historia magistra vitae* no “Discurso” de Januário da Cunha Barbosa, o IHGB retornou a uma concepção de história que, conforme Koselleck, não coadunava mais com o mundo pós-1789. Corroborando o que afirmou Cezar (2004:14), a presença do *topos* ciceriano “não é apenas um adágio erudito, ela é também um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB”. Eles buscavam na recuperação do passado um sentido político (mais

orientado com os interesses do século XIX), de possibilidade de escrita da história nacional, subtraindo-lhe os erros e exportando uma ideia unificada de Brasil. Nesse sentido, a defesa que se fez no IHGB de uma história do presente parece evidenciar seus propósitos políticos. E, enquanto no Brasil se preservou a história do presente, trazendo para ela a noção de verdade da testemunha ocular (ideia cara ao antigo regime de historicidade), o Institut Historique a rejeitou, por acreditar que inviabilizava um distanciamento necessário para se perceber o desenrolar moral de causas e resultados.

Na tentativa de realocar algumas das discussões que o IHGB promoveu, recupero aqui o artigo de Rodrigo Turin (2011), “Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860)”, que incorporou as observações de Koselleck acerca do conceito moderno de História. Identificando três vias para pensar a relação entre moderno e antigo na história (pensando na razão que levaria os membros do IHGB a se valerem da antiguidade clássica em seus discursos), Turin condensou o jogo ambíguo de ideias que o Brasil – e a Europa – operou no XIX:

1º) Concepções antigas se mantêm “ao lado” das novas, “na medida em que ainda respondem a demandas por ele [novo horizonte conceitual] não contempladas” (TURIN, 2011): como exemplo, tem-se o já citado prestígio da escrita biográfica que, vista como exemplar, resgata a *historia magistra vitae*. A recuperação dos antigos aparece então como um “jogo de identificações e analogias que, ao final, torna quase nula a distância entre os séculos” (Maria da Glória Oliveira *apud* TURIN, 2011);

2º) Tópicos antigos tornam-se ultrapassados pois perdem sua funcionalidade: “A continuidade da presença dos antigos nos trabalhos dos sócios do IHGB, nesse sentido, seria entendida como um resquício de outra ordem conceitual ou como uma ‘metaforização’, não detendo mais um caráter estruturante” (TURIN, 2011);

3º) Tópicos antigos são ressignificados, adquirindo novas funções: ainda com relação a concepção da *historia magistra vitae*, Turin (2011) apresenta a visão de Manoel Luiz Salgado Guimarães, que defende que o *topos* foi “reapropriado, no IHGB, dentro dos parâmetros de uma concepção filosófica, de cunho iluminista, da escrita da história”.

Na esteira de Turin, reavaliar a escrita historiográfica proposta pelo IHGB quando de sua fundação pode trazer luz às concepções europeias que se apresentavam naquele momento. O IHGB, assim como as instituições históricas que se fundaram no mesmo período – inclusive na Europa –, apesar de atenderem a um projeto político de legitimação nacional,

traziam consigo todo um debate teórico que remontava a um antigo regime de historicidade, e que ainda tinha sua atualidade e lugar. No caso específico do Brasil,

[...] em meio aos debates entre Exaltados, Moderados e Restauradores, que movimentaram as décadas de 1820 e 1830, o IHGB veio a se constituir como mais um locus do exíguo espaço público em constituição, onde os projetos políticos procuravam ser legitimados por meio de uma acirrada luta de representações, envolvendo noções como Estado, sociedade, liberdade, revolução, representatividade, etc. Sua consolidação como um lugar de saber, no decorrer das décadas de 1840 e 1850, convergiu com o processo de centralização do Estado e abrandamento das discussões referentes às identidades políticas, tal como ocorrido nos anos pós-Independência (TURIN, 2011, nota de rodapé 3).

Compreender o diálogo que se estabelecia permitiu vislumbrar novas possibilidades e renunciar a uma historiografia brasileira que ainda via no Brasil do XIX um aglomerado de ideias importadas e de atraso cultural.

Referências

- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Tradução Álvaro Cabral. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004. Disponível em: <<http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=194>>. Acesso em : mar. 2012.
- DESLANDRES, Paul. Les débuts de l'Institut Historique (1834-1846). *Revue des Etudes Historiques*, Paris, France: Librairie Auguste Picard, p. 5-30, juill.-sept. 1922. Disponível em: <<http://bibnum.enc.sorbonne.fr/gsd/collect/tap/archives/HASH0130/f8856583.dir/0000000442695.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. *R.IHGB*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 266, p. 68-148, jan.-mar. 1965.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1935>>. Acesso em: fev. 2012.

- _____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 184-200, dez. 2002. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a7.pdf>. Acesso em: jun. 2012.
- _____. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: _____ (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 68-85.
- GUIZOT, François. *A História das Origens do Governo Representativo na Europa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso de Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- _____. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 15-25.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Introdução: O atual e o inatual em L. von Ranke. In: _____ (Org.). *Leopold von Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979. p. 7-62.
- JOURNAL de l'Institut Historique*. Paris: P. Baudoin, tomo 1, n. 1, 1834. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=iqgPAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: nov. 2012.
- KANT, Immanuel. O que é esclarecimento? [Apresentação, tradução e notas de Alexander Martins Vianna]. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 31, dez. 2003. n.p. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/031/31tc_kant.htm#_ftn2>. Acesso em: dez. 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.
- _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- RANKE, Leopold von. *Pueblos y estados en la historia moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – R.IHGB.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 1, n. 1-3, 1839. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>>. Acesso em: nov. 2012.
- SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX.* 2003. 221 p. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000328906&opt=4>>. Acesso em: set. 2012.
- TURIN, Rodrigo. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). *L'atelier du Centre de recherches historiques* [En ligne], avr. 2011. n.p. Disponível em: <<http://acrh.revues.org/3748>>. Acesso em: dez. 2012.